

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA:  
TECENDO DIÁLOGOS E REFLEXÕES**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION AND TEACHING GEOGRAPHY:  
WEAVING DIALOGUES AND REFLECTIONS**

**EDUCACIÓN AMBIENTAL Y LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA:  
TEJIENDO DIÁLOGOS Y REFLEXIONES**

Igor Murilo Andrade de Salame<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0002-7452-3694>

Dionel Barbosa Ferreira Júnior<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0001-8000-616X>

Robson Alves dos Santos<sup>3</sup> <https://orcid.org/0000-0003-4467-8019>

**RESUMO**

Este ensaio traz o ensino de Geografia como instrumento essencial no trabalho escolar com a Educação Ambiental (EA). A metodologia trata-se de um estudo de revisão bibliográfica em documentos, autores e obras que discursam com o tema. Primeiro, serão contextualizadas e apresentadas às definições de EA; em seguida, o foco será o ensino de Geografia. Em sua trajetória como ciência e disciplina, a Geografia nos mostra sua magnitude ao formar cidadãos e neles instigar o senso crítico-reflexivo e conhecedor do seu espaço de convivência. Visamos a contribuir com as próximas discussões sobre a temática e enriquecer o arcabouço teórico e bibliográfico de discentes, pesquisadores e docentes nas instituições de educação básica e de Ensino Superior (IES), buscando a interação harmônica e equilibrada entre o homem e o meio ambiente.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Ensino de Geografia. Formação Cidadã. Ecocidadania.

**ABSTRACT**

This essay brings the teaching of Geography as an essential tool in school work with Environmental Education (EA). The methodology is a study of bibliographic review in documents, authors and works

<sup>1</sup>Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Especialista em Ensino de Geografia pela Faculdade da Região Serrana - Farese. E-mail: [igorsalame@gmail.com](mailto:igorsalame@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no campus de Porto Nacional. Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) no campus I de Marabá. Bolsista - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. E-mail: [dioneljunior41@gmail.com](mailto:dioneljunior41@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela UFG/Goiânia, Mestrado e Graduação em Geografia pela UFG (Campus Catalão). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal do Sudeste do Pará (UNIFESSPA) Unidade Marabá. E-mail: [robson.geografia@unifesspa.edu.br](mailto:robson.geografia@unifesspa.edu.br)

that address the theme. First, the AE definitions will be contextualized and presented; then the focus will be on teaching Geography. In its trajectory as a science and discipline, Geography shows us its magnitude by forming citizens and instilling in them a critical-reflective sense and knowledge of their living space. We aim to contribute to the upcoming discussions on the subject and enrich the theoretical and bibliographical framework of students, researchers and professors in basic and higher education institutions (HEIs), seeking a harmonious and balanced interaction between man and the environment.

**Keywords:** Environmental education. Geography Teaching. Citizenship Training. Ecocitizenship.

---

## RESUMEN

Este ensayo aporta la enseñanza de Geografía como instrumento esencial en el trabajo escolar con la Educación Ambiental (EA). La metodología se trata de un estudio de revisión bibliográfica en documentos, autores y obras que discursan con el tema. Primero, se contextualizarán y se mostrarán las definiciones de EA; a continuación, el enfoque será la enseñanza de Geografía. En su trayectoria como ciencia y disciplina, la Geografía nos muestra su magnitud al formar ciudadanos y en ellos instigar el sentido crítico-reflexivo y conocedor de su espacio de convivencia. Nuestro objetivo es contribuir con las próximas discusiones sobre la temática y enriquecer el marco teórico y bibliográfico de estudiantes, investigadores y docentes en las instituciones de educación básica y de educación superior (IES), buscando interacción armónica y equilibrada entre hombre y medio ambiente.

**Palabras clave:** Educación Ambiental. Enseñanza de Geografía. Formación ciudadana. Ecociudadanía.

---

## INTRODUÇÃO

Diante de um mundo cada vez mais globalizado, evidencia-se uma sociedade marcada pelas características do consumo predatório, na qual o desejo de satisfação torna-se um anseio insaciável, ao ponto de os sujeitos não se preocuparem com o meio ambiente. Tais ações tendem a influenciar drasticamente uma crise ambiental, recaindo a culpa nos diversos setores da sociedade — principalmente aqueles ligados ao âmbito econômico — mediante a exploração exacerbada dos recursos provenientes da natureza.

É necessário, então, (re)pensar um “equilíbrio” na relação sociedade-natureza. A educação, por exemplo, é essencial para o desenvolvimento e a formação crítica dos indivíduos ao corroborar discussões sobre questões ambientais no mundo. Para tratar dessas relações de modo harmônico, tem-se a Educação Ambiental (EA), cujos objetivos incluem promover a conexão entre as pessoas e a natureza e a continuidade de narrativas importantes, como preservação e sustentabilidade.

Essa temática, por exemplo, ganha destaque na ciência geográfica, uma vez que a Geografia tem, entre suas concepções, um olhar direcionado para as questões ambientais,

dando ênfase às (inter) relações de atores sociais e fenômenos físicos que sofrem transformações no espaço geográfico. Desse modo, o ensino de Geografia, quando articulado à EA, torna-se de suma importância para a formação dos sujeitos sobre a necessidade de preservar a natureza e garantir qualidade de vida.

É indispensável que essa temática seja cada vez mais estudada nas salas de aula, e investigada e explorada para além do espaço escolar, ou seja, também na vivência cotidiana de jovens e adolescentes. Assim, através de autores que versam sobre o assunto, como: Suestegaray (2002), Ab'sáber (1996), Botelho e Santos (2018), entre outros, problematiza-se aqui: seria, de fato, o ensino de Geografia um instrumento essencial para se trabalhar a EA nas escolas? Quais autores, documentos educacionais e obras discutem o assunto? Em síntese, este trabalho tem como objetivo geral compreender a EA no ensino de Geografia, além de investigar, debater e refletir teoricamente sobre a tônica aqui discutida.

O intuito é explanar sua relevância para a educação escolar, de modo que também sirva para base de futuras pesquisas na comunidade acadêmica e seja compartilhada para os diversos segmentos da sociedade, embora já tenham sido discutidas posteriormente - o que define esta discussão não como uma problemática nova – necessita-se sempre de outros olhares e perspectivas, visto que ainda não superamos/resolvemos.

No que diz respeito à metodologia, esse trabalho trata-se de um artigo de revisão bibliográfica, que consiste em apresentar um estudo aprofundado sobre a temática específica ao tecer um debate entre as ideias dos autores pesquisados e as dos autores do artigo. A estrutura da pesquisa divide-se em dois segmentos principais: no primeiro momento, serão contextualizadas e apresentadas as definições da EA; em seguida, a discussão dará ênfase ao ensino de Geografia.

## **CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL**

A preocupação com a questão ambiental vem se expandindo nas últimas décadas, uma vez que as ações antrópicas que partem das atividades produtivas causam diversos impactos no meio ambiente. Tais atitudes corroboram avanços significativos da crise ambiental, resultando em problemáticas para o meio natural e em malefícios para a qualidade de vida dos seres vivos. Pott e Estrela (2017), por exemplo, mencionam a Revolução Industrial como momento crucial de intensificação do uso de recursos naturais, ao visar apenas a produtividade com foco no crescimento econômico, o que acarreta contaminações de rios, poluição do ar, vazamento de produtos químicos nocivos e perda de milhares de vidas.

No intuito de frear os danos ambientais, várias lideranças internacionais começaram a se organizar para elaborar projetos que permitissem o desenvolvimento econômico, diminuindo impactos de destruição do meio ambiente. Dessa maneira, surgiram as conferências ambientais na perspectiva da construção de possíveis alinhamentos entre crescimento econômico e preservação ambiental. Essas discussões iniciaram-se a partir da década de 1960 e se fortaleceram na conferência de Estocolmo (conhecida também como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente), em 1972, onde se inseriu a temática da EA na agenda internacional.

Luca, Lagazzi e Sorrentino (2011) ressaltam a inserção da EA em território brasileiro a partir da pressão internacional da Organização das Nações Unidas para que o tema estivesse nas pautas governamentais como reflexos da Conferência de Estocolmo. Sendo assim, em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, o primeiro órgão federal que teve seu enfoque em ações de proteção ambiental. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal (CF) brasileira que dirigiu ao poder público na implementação da EA em todos os níveis de ensino, além da conscientização pública para a preservação do meio ambiente para a atual e as futuras gerações (BRASIL, 1988).

A CF discorre, em seu art. 225, que todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; também no mesmo artigo, inciso VI, salienta que a EA é um direito constitucional previsto para todos os cidadãos brasileiros e que “[...] deve ser ofertada em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p. 98). Por conseguinte, nos marcos legais do âmbito educacional, o assunto ganha cada vez mais visibilidade e se faz presente em alguns documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) — diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação no Brasil.

Os PCNs apontam “A educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental” (BRASIL, 1997), afirmando ainda que

A principal função do tema Meio Ambiente na escola é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos (BRASIL, 1997, p. 187).

Posteriormente, em 27 de abril de 1999, é criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795; em seu art. 1º, enfatiza que a EA é mencionada como “[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, p. 01). A PNEA ainda complementa que a EA, quando praticada no âmbito escolar, deve ser desenvolvida com base em uma “[...] prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (BRASIL, 1999, p. 3).

Essa política torna-se importante ao considerar a formação dos professores (seja inicial ou complementar/continuada) a partir da dimensão ambiental. Nesse sentido, Portela e Lima (2020) reforçam — no trabalho *Educação Ambiental nos cursos de Licenciatura: atendimento aos objetivos da PNEA na formação de professores* — sobre a função das escolas, em virtude de que

[...] a educação básica formal ocupa espaço estratégico nas políticas ambientais, pois o conteúdo, os procedimentos e as atitudes alusivas à formação ambiental dos cidadãos podem ser viabilizados facilmente à população em grande escala, por meio da ação pedagógica dos professores em escolas de educação básica, mediante enfoque transversal das temáticas ambientais nas diversas áreas do conhecimento. (PORTELA; LIMA, 2020, p. 1.866).

Nesse contexto, a partir da ideia explorada anteriormente, Beling et.al (2020, p. 123) enfatizam esse pressuposto quando afirmam que

Em decorrência as instituições de ensino precisam reorganizar seus currículos, no sentido de inserir a educação ambiental, não como uma disciplina isolada e sim como um tema integrador a ser desenvolvido de forma articulada e contextualizada em todas as disciplinas. (BELING et al., 2020, p. 123).

Logo, em junho de 2012, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EA. Em seu art. 2º, explana que a EA está interligada diretamente com atividades de práticas sociais, que tem enquanto propósito “[...] imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos”. Em seguida, no art. 3º, versa que a EA “[...] visa a construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” (BRASIL, 2012, p. 27).

Por fim, o documento mais recente no campo educacional trata-se da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fruto de um processo de debate no âmbito da educação e dos diversos setores da sociedade brasileira. Sua primeira versão foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. A segunda versão foi publicada em maio de 2016, passando por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação.

A terceira e última versão do documento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental — disponível em abril de 2017, devidamente revisada. Para dispor e cumprir as atribuições exigidas pelo Ministério da Educação (MEC). Encaminhada, por conseguinte, ao Conselho Nacional de Educação (CNE), a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, pactuada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 2018).

Em relação à EA na BNCC, destaca-se sua abordagem quando comparada, por exemplo, aos PCNs, uma vez que se propõe trabalhar esse assunto enquanto um dos “temas transversais”, conexo às discussões sobre: meio ambiente, cidadania, direitos humanos e trabalho, desenvolvido de maneira interdisciplinar. A BNCC estabelece que, na organização curricular das escolas, haja:

[...] o incentivo à proposição e adoção de alternativas individuais e coletivas, ancoradas na aplicação do conhecimento científico, que concorram para a sustentabilidade socioambiental. Assim, busca-se promover e incentivar uma convivência em maior sintonia com o meio ambiente, por meio do uso inteligente e responsável dos recursos naturais para que estes se recomponham no presente e se mantenham no futuro (BRASIL, 2017, p. 279).

Portanto, evidencia-se o quão relevante é a EA presente na formação dos sujeitos, já que se apresenta nos diversos documentos oficiais. Mas, embora todo esse percurso da EA, o que vem a ser de fato essa educação? Como podemos defini-la? Pedrini (1999) avalia que a EA não tem uma clareza conceitual, uma vez que não dispõe de objetivos, métodos de ação e avaliação mais definidos. Não havendo uma definição em si, trata-se de um conceito em construção.

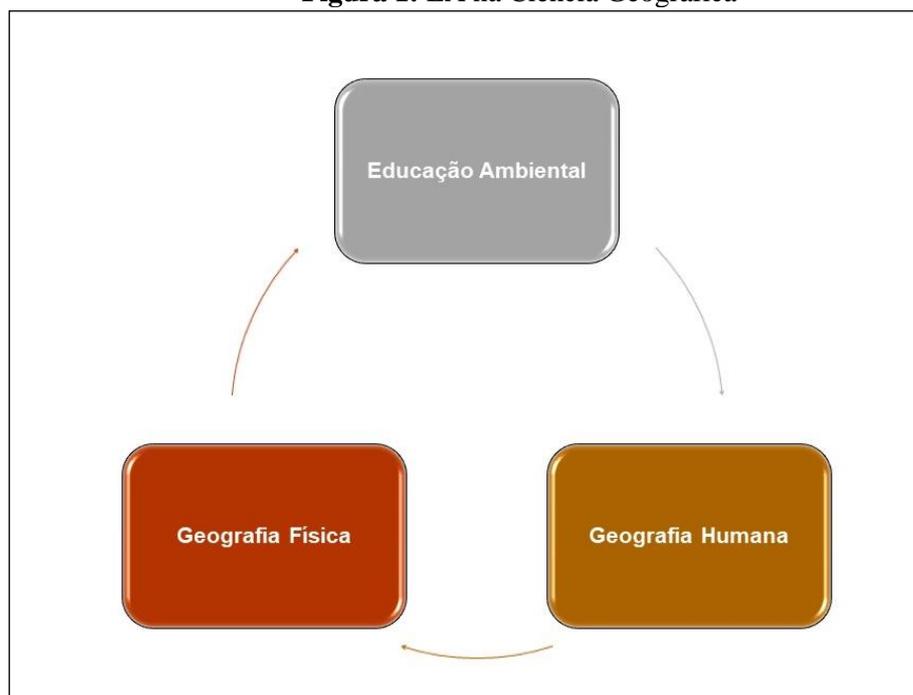
Guimarães (2000) disserta sobre a definição da EA no sentido de que esta aponta para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental. Portanto, para se construir uma sociedade igualitária, deve haver um comprometimento de transformação das práticas sociais, na concepção de que se tenha um equilíbrio entre as ações humanas e a natureza. Perpassam as escolas, então, a necessidade de

construir percepções e conscientizar os alunos mediante esse processo, interligando a EA nas salas de aula com as disciplinas, sobretudo no ensino de Geografia, temática que será abordada no próximo tópico.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A ciência geográfica tem, enquanto característica peculiar, a sua interdisciplinaridade ao abordar conhecimentos de outras disciplinas. Portanto, o ensino de Geografia, perpassa outros campos, seja em contextos marcados pela história, por aspectos biológicos, químicos, físicos e sociais ou dos fenômenos presentes no mundo (MOURA et al., 2015). É na busca incessante de superar a dicotomia entre Geografia física e humana que a EA pode-se fazer presente, ao transitar e ser discutida em ambas as linhas de estudo e pesquisa geográfica.

**Figura 1:** EA na Ciência Geográfica



**Fonte:** autor, 2022.

Não é novidade que a ciência geográfica objetiva, através de embates e pautas, preocupações mediante as questões socioambientais quando, no cerne de seus estudos, analisa as relações entre homem e natureza. É nos primórdios dessa ciência geográfica que Suertegaray (2002) afirmava que o homem era compreendido como ser “[...] externo ao meio, ou externo à natureza.” Ela ainda discorre que “Ao longo do tempo, a geografia vai

transformando sua compreensão e passa a pensar o ambiente como homem/sociedade e seu entorno [...]” (SUERTEGARAY, 2002, p. 116), ou seja, agora interligados um ao outro.

A perspectiva geográfica sobre EA é mencionada por Monteiro (2015) enquanto uma das ferramentas essenciais para que os alunos/cidadãos se tornem seres mais críticos, capazes de agir diante das suas responsabilidades perante a sociedade. Para isso, é nas escolas que se socializam e formam pensamentos e práticas de conscientização ambiental. O autor ainda reforça:

[...] que o ponto inicial para essa conscientização e/ou sensibilização ocorre por meio de incentivos a práticas ambientais com crianças e adolescentes no ambiente escolar, partindo de um princípio clássico da Geografia, compreender o mundo a partir da realidade vivenciada pelo aluno em seu cotidiano, levando o seu aprendizado para a família e comunidade em geral. (MONTEIRO, 2015, p. 285).

Seguindo essa perspectiva, Anjos et al. (2013) frisam a importância das escolas ao destacarem que

[...] cabe à educação escolar promover uma percepção crítica da realidade, incentivar a produção do conhecimento e desenvolver o senso de responsabilidade de cada indivíduo com o meio ambiente. Agindo dessa forma, ela estará exercendo sua função na formação de consciência socioambiental. ( ANJOS, ET.AL p. 65).

A Geografia e a EA possuem em comum o mesmo objetivo na escola: a formação cidadã (ALBERTO, 2000). Entretanto, discutir a EA alicerçada ao ensino requer (re)pensar a formação de professores de Geografia desde o nível inicial, ou seja, na graduação. Nesse sentido, Botelho e Santos (2018) abordam uma formação diferenciada, a “(eco)formação de professores”, que consiste em dialogar em ações de caráter educativo frente a temática ambiental. Para eles

[...] vislumbra-se na formação de professores de Geografia a inserção de um diálogo que busque convergências entre cotidiano e formação cidadã, sobretudo a partir da perspectiva da ecocidadania, que se apresenta como caminho para superar as rupturas e discontinuidades entre o ensino da Geografia Humana e da Geografia Física, propondo, neste sentido, ações enviesadas por temáticas que propõem e dispõem de elementos que oportunizem uma aprendizagem socioambiental, uma aprendizagem que nossos tempos precisam. (BOTÊLHO; SANTOS, 2018, p. 82).

O ensino de Geografia permite diferentes tipos de abordagens e objetos de estudos diversificados, seja no âmbito escolar e/ou universitário. Cavalcanti (2002) contribui com esse diálogo ao afirmar que a EA se faz presente tanto nas formulações teóricas como nas práticas

didático-pedagógica no ensino. Na sua perspectiva, os conteúdos de Geografia podem “[...] ajudar o aluno a relacionar-se com o mundo” (CAVALCANTI, 2019, p. 147), correlacionando, assim, uma interação socioambiental de forma harmônica e equilibrada. Desse modo, preocupa-se com a necessidade de interagir com a vivência dos alunos a partir de conhecimentos e saberes diários.

Para além das discussões teóricas presentes em sala de aula, enfatizam-se as atividades práticas capazes de mobilizar os alunos a pensar, sobretudo de forma crítica, para além dos muros do espaço escolar, ou seja, no seu cotidiano e em suas ações frente à natureza/meio ambiente. O desenvolvimento do ensino perpassa uma EA a partir do viés da criticidade que, conseqüentemente, corrobora transformações de pensamentos na sociedade. Pereira e Viégas (2019) destacam “alguns pontos de encontro” entre a EA e o Ensino de Geografia por meio da concepção crítica, explanando que

Tanto na Geografia quanto na Educação Ambiental, essa perspectiva crítica tem como objetivo primeiro a busca da transformação social de uma dada realidade. Vemos dentro da Geografia Crítica, um vasto campo de atuação para Educação Ambiental, como práxis social, que possa corroborar para construção de uma sociedade em novos padrões, distintos dos atuais. (p. 05).

Portanto, defende-se, aqui, uma discussão e abordagem que leve em conta as questões sociais, relacionada intrinsecamente com os aspectos ambientais. Para isso, será essencial incluir e ampliar debates nos currículos educacionais, partindo de uma perspectiva que seja somente por meio da ludicidade e que, por muitas vezes, tende a ser conservadora. Brugguer (1999), em sua obra *Educação ou adestramento ambiental (?)*, já mencionava a relevância de uma educação pertencente sob a lógica do pensamento crítico, que considere a humanidade enquanto elemento sujeito a sofrer com os impactos ambientais, não considerando-a enquanto “números estatísticos”.

A ciência geográfica e o ensino de Geografia nos mostram a magnitude do seu tamanho, na medida em que forma seres humanos; pleiteando aos alunos, ao longo de sua trajetória, o seu senso crítico-reflexivo, além de conhecedor do espaço em que convive, sem desassociar a EA como instrumento interligado nos espaços de ensino-aprendizagem. Para isso, pauta-se ainda as questões quanto aos recursos didáticos capazes de apreender a atenção, e instigar os alunos a serem participativos nas aulas de Geografia, sobretudo acerca da temática abordada neste ensaio.

Os livros didáticos por muitas vezes são objetos de pesquisas e estudos, na medida em que é um instrumento mais acessível democraticamente a todos no âmbito escolar. Macedo e Araújo (2021, p.05) apontam “[...] lacunas que existem entre os materiais didáticos que chegam às escolas, e a ausência da discussão sobre Educação Ambiental e suas correlações com os demais conteúdos da ciência geográfica no contexto escolar”, o que inviabiliza as diferentes maneiras de trabalhar o conteúdo em sala de aula, sendo um fator/recurso a menos a ser utilizado nas aulas de Geografia.

Quando se fazem presente as discussões referentes a Educação Ambiental, observa-se uma abordagem de maneira “superficial”, sem possibilitar debates e discussões de forma aprofundada a respeito da temática. De acordo com Meneguzzo e Meneguzzo (2012, p. 73).

Os livros didáticos que ainda se se constituem um dos instrumentos base utilizados pelos professores no processo ensino-aprendizagem, não contemplam de forma adequada a EA, mostrando ainda uma visão primária do assunto e restringindo-se a temas pouco relevantes, por vezes descontextualizados e pontuais [...] outro problema é que os livros didáticos em sua maioria apresentam os conteúdos de forma fragmentada e desarticulada, além de focar apenas alguns itens muito específicos da Geografia, como os assuntos econômicos, por exemplo, sem tratar de outras questões atreladas (MENEGUZZO;MENEGUZZO, 2012, p. 73).

Dessa maneira, Copatti e Santos (2023) relatam que “[...] defende-se o uso consciente do livro didático, compreendendo suas contribuições e suas limitações”, concerne então a figura docente outras formas de adaptações dos conteúdos de Geografia. Assim, Pereira et.al (2015, p. 47) expressam “três pontos principais” que o professor de Geografia pode propiciar a EA

**Quadro 01:** Papeis do professor de Geografia frente a EA.

Primeiro ponto é o de reconhecer o ambiente em sua totalidade e compreender a importância de atuar nas partes, enfatizando a Educação Ambiental como fonte de ações, reflexões e transformações cujo balanço seja positivo no/para o ambiente;

Segundo ponto é o de adaptar essa atuação da Educação Ambiental transversalizada nas habilidades como tema importante para a sociedade na construção do espaço, e não como algo distinto do segmento do ensino em que o profissional é competente a trabalhar;

O terceiro e último ponto é o de possivelmente mobilizar os demais segmentos do ensino a atuar com vistas ao trabalho ambiental, trazendo as suas contribuições para o trabalho conjunto.

**Fonte:** Pereira et.al (2015); adaptado por autores.

Diante do exposto, são estas algumas das reflexões e debates acerca do Ensino de Geografia inserido no âmbito da Educação Ambiental, consolidando e contribuindo para novas discussões teóricas que perpetuam ao longo do tempo. Temática essa que transitam os diferentes níveis, desde a formação docente inicial, prosseguindo nas atividades de formação continuada para assim se fazer presente de forma assertiva na educação geográfica. Portanto, é necessário pensar a Ed. Ambiental enquanto possibilidade de uma prática pedagógica, inserida na formação inicial e em formações continuadas para alicerçar as atividades e reflexões em sala de aula, propiciando preencher uma das lacunas educacionais ausente. Assim, não recai apenas ao professor acerca dos manuseios dos diversos instrumentos/recursos pedagógicos, mas também as instituições de esfera federal, estadual e municipal frente a abordagem de tamanha temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho nos apresentou o desenvolvimento da EA ao longo dos anos, respaldada através das políticas públicas como o PNEA e dos documentos oficiais de incentivo, como a própria CF (1988), além de se inserir no âmbito educacional, presente desde os PCNs até a BNCC. Vale destacar que a Geografia, enquanto objeto de propagação da EA, busca significados que podem contribuir com a leitura e a interpretação do espaço geográfico, construindo pontes entre a escola e o mundo vivido por estes indivíduos.

A pesquisa ainda revela o quanto a temática ambiental vem ganhando força quando abordada por autores da ciência geográfica, sobretudo por explorar uma educação socioambiental, transitando entre os assuntos da área física e/ou humana. A inquietação inicial, problematizada nesse ensaio, supriu as expectativas almejadas, e pode-se afirmar que a *Geografia é um dos instrumentos essenciais para se trabalhar a EA nas escolas*. Destacando o papel dos professores ao explorarem tais assuntos que são considerados essenciais para a formação cidadã.

Por fim, este ensaio teve o intuito de contribuir para próximas discussões acerca de tal temática, enriquecendo possivelmente o arcabouço teórico e bibliográfico para discentes, pesquisadores e docentes, tanto na educação básica como nas Instituições de Ensino Superior (IES). Além da dimensão em relacionar a EA, que promove a conexão entre as pessoas e a natureza com a Geografia, que busca a interação harmônica e equilibrada entre homem e meio ambiente, cada vez mais desgastante.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: EDUSP, 1996.

ALBERTO, A.F. O contributo da educação geográfica na educação ambiental: o caso da Geografia no ensino secundário. **Inforgo**, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 117-136.

ANJOS, E. S; ALMEIDA, E. B; NEGREIROS, A.B. O papel do ensino de geografia na educação socioambiental no município de Pau Brasil – Bahia. **Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia**, v. 4, n. 7, p. 60-XX, jul./dez. 2013. Disponível em: [http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.7/Anjos\\_Almeida\\_Negreiros.php](http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.7/Anjos_Almeida_Negreiros.php). Acesso em: 10 dez. 2022.

ARAÚJO, R. L. Ensino de geografia e educação ambiental: uma discussão teórica. **Rede – Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 52-60, ago. 2021. ISSN 1982-5528. Disponível em: <https://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/684>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BELING, H. M; CANCELIER, J.W; VESTENA, M. H; CAMPOS, J. O. Educação Ambiental na Escola: a Geografia como uma ferramenta da prática interdisciplinar. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, v.3, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia/article/view/246196>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BOTELHO, L.A.V; SANTOS, K. S. Pensar propor a ecocidadania desde a formação de professores de geografia: tecendo diálogos para uma escola reflexiva. **Revista Tamoios**, v. 14, Nº 2, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/36571>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10955-pcp014-12&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-pcp014-12&Itemid=30192). Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. Brasília/DF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 2. ed. Florianópolis (SC): Letras contemporâneas, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. **Pensar pela Geografia—ensino e relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

COCATO, G. P. Crítica à educação ambiental no ensino de geografia: discussão e propostas pedagógicas. **Geosp**, v. 25, n. 1, p. 1-21, e-158138, 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/158138>. Acesso em 10 nov. 2022

COPATTI, C.; SANTOS, L. P. dos. Livro didático e professor: olhares sobre a geografia escolar em contextos de diversidade. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 24, n. 91, p. 243–257, 2023. DOI: 10.14393/RCG249162453. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/62453>. Acesso em: 4 mar. 2023.

GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995 – Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papirus, 2000.

LUCA, A.Q.; LAGAZZI, S.M.; SORRENTINO, M. **Educação Ambiental e análise de discurso: Uma proposta de pesquisa**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277201251/download>. Acesso em 10 nov. 2022.

MACEDO, Y. M.; ARAÚJO, E. C. D.; Educação ambiental nos livros didáticos de geografia: análise sobre a coleção “geografia geral e do brasil” para o ensino fundamental. **Geoconexões**, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 4–24, 2022. DOI: 10.15628/geoconexoes.2021.13410. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/13410>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MENEGUZZO, Paula Mariele; MENEGUZZO, Isonel Sandino. A educação ambiental nos livros didáticos de geografia do ensino fundamental e médio utilizados nas escolas públicas do paraná. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 28, janeiro a junho de 2012.

MONTEIRO, G. L. (2015). Educação Ambiental no ensino de Geografia: uma contribuição do PIBID para alunos ao Ensino Fundamental. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, 10(1), 281–290. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1882>. Acesso em 10 nov. 2022.

MOURA, P. E. F; MEIRELES, A. J. A e TEIXEIRA. N. F. F. Ensino de Geografia e educação ambiental: práticas pedagógicas integradas. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 47 - 59, jan. / jun. 2015.

PEDRINI, A. G (org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, A. W.; DIAS, G. K.; SPIRONELLO, R. L. A Educação Ambiental, o ensino de Geografia e a escola: (re) discutindo algumas (in) certezas cotidianas. **Ambiente& Educação**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 28–48, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/5816>. Acesso em: 4 mar. 2023

PEREIRA, P. V; VIÉGAS, A. **Educação ambiental crítica e o ensino de geografia: um caminho possível**. In: Anais do X - EPEA. Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental. Universidade Federal do Sergipe - São Cristóvão, 1 a 4 de setembro de 2019. Disponível em: [https://chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/http://epea.tmp.br/epea2019\\_anais/pdfs/plenary/0217-1-B-01.pdf](https://chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0217-1-B-01.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

PORTELA, J. L.; LIMA, M. D. F. Educação ambiental nos cursos de licenciatura: atendimento aos objetivos fundamentais da PNEA na formação de professores. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 5, n. 16, p. 1864-1880, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8492>. Acesso em 10 nov. 2022.

POTT, C.M. e Estrela, C.C. 2017. **Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento**. Estudos Avançados. 31, 89 (abr. 2017), 271-283.

SUESTEGARAY, D.M.A. Geografia Física (?), Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?). In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Paraná: Editora UFPR, 2002, p. 111-120.

---

**Artigo recebido em: 04 de março de 2023.**

**Artigo aceito em: 04 de setembro de 2023.**

**Artigo publicado em: 16 de setembro de 2023.**